

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.446.625 - RS (2019/0034915-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : RAFAEL SGANZERLA DURAND - RS080026A
AGRAVADO : HELGA LOHMANN
ADVOGADOS : FELIPE BERGAMASCHI - RS068101
RICARDO PACINI BAGATINI E OUTRO(S) - RS067463

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s): Súmula 283/STF (quanto ao afastamento dos juros remuneratórios), Súmula 83/STJ (em relação aos juros de mora, limitação territorial dos efeitos da sentença e ilegitimidade ativa) e Súmula 7/STJ (no que pertine à alegação de necessidade de prévia liquidação de sentença).

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do(s) seguinte(s) óbices: Súmula 283/STF (quanto ao afastamento dos juros remuneratórios), Súmula 83/STJ (em relação aos juros de mora, limitação territorial dos efeitos da sentença e ilegitimidade ativa) e Súmula 7/STJ (no que pertine à alegação de necessidade de prévia liquidação de sentença).

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, §4º

Superior Tribunal de Justiça

e 1.026, §2º do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Ministra

